

ÍNDICE

I - Enquadramento Conceptual	1
II - Processo Metodológico.....	12
2.1 Desenho da Investigação	12
2.2 A Questão Inicial.....	13
2.3 Objectivos.....	13
2.4 Mapa Conceptual.....	14
2.5 As Questões de Investigação e Hipóteses Prévias	16
2.6 Estratégia Metodológica de Investigação	17
2.6.1 O Processo de Selecção da Amostra.....	17
2.6.2 Caracterização Geral da Amostra	18
2.6.3 A Escolha e a Descrição dos Instrumentos.....	18
2.7 Procedimento na recolha de dados	22
III – Resultados.....	23
3.1 Satisfação Conjugal	23
3.2 Afectividade ao Cônjuge	24
3.3 Proximidade Conjugal	25
3.4 Análise de Variância.....	26
3.5 Correlação entre as variáveis.....	28
3.6 Efeitos de interacção.....	31
IV - Discussão dos Resultados	32
V – Conclusões.....	38
Bibliografia.....	42

ANEXOS

APÊNDICES

I - Enquadramento Conceptual

Satisfação Conjugal

A conjugalidade é, para a maior parte de homens e mulheres, a relação mais íntima que voluntariamente se estabelece (Ribeiro, 2002). Um casamento satisfeito parece ser o melhor espaço para satisfazer as necessidades de afecto, companhia, intimidade emocional e sexual e lealdade, segundo a análise de Kiecolt-Glaser (2001, cit. por Ribeiro, 2002).

Na literatura, é frequente algum emaranhamento conceptual entre satisfação e qualidade conjugal. No entanto, enquanto o conceito de qualidade se refere ao desempenho na e da relação, a satisfação conjugal decorre sobretudo da avaliação pessoal e subjectiva de cada parceiro relativamente à relação (Narciso, 2001). Mais concretamente, poder-se-á perceber a satisfação como uma avaliação subjectiva dos processos operativos ou comportamentais (comunicação, conflitos, resolução de conflitos, processos de decisão), afectivos (amor, intimidade e compromisso) e cognitivos (percepções, crenças, atribuições, expectativas) em várias áreas da vida conjugal.

Erbert e Duck (1997) defendem uma perspectiva dialéctica da satisfação, segundo a qual as relações são encaradas como o palco da conjugação de experiências contraditórias, positivas e negativas, pelo que, a avaliação e vivência da relação, em vez de estática e linear, surge dinâmica num processo onde coexistem satisfação e insatisfação. Contudo, apesar de tal coexistência, os cônjuges, regra geral, apresentam percepções globais das suas relações como mais positivas ou mais negativas.

De acordo com investigações várias, em casamentos satisfeitos, a proporção de comportamentos positivos é maior do que a dos negativos, estando a satisfação fortemente relacionada com outros aspectos da relação, nomeadamente, a distorção idealista, a comunicação, a resolução de conflitos, a intimidade emocional e a sexualidade. Estudos efectuados comprovaram que uma forte idealização associada à satisfação, pode aumentar os níveis de intimidade entre os parceiros e favorecer a continuidade de expectativas elevadas, prevenindo diminuições abruptas da satisfação (Caprara, Regalia, & Scabini, 2001, cit. por Caprara & Steca, 2006; Talmadge & Dabbs,

1990, cit. por Narciso, 2001). Num estudo longitudinal com casais, dividido em três fases até perfazer os dois anos de casamento, Huston e Vangelisti (1991) verificaram que, nos indivíduos casados há dois anos, o afecto positivo e o negativo apresentavam uma consistente associação, respectivamente, positiva e negativa, com a satisfação conjugal, sendo que, segundo MacDermid, Huston, & McHale (1990, cit. por Huston & Vangelisti, 1991), os casais apresentam-se geralmente mais afectuosos e mais satisfeitos na fase inicial do casamento do que após dois anos. Segundo Jacobson et al., 1980 (cit. por Huston & Vangelisti, 1991), declínios de elevada satisfação para moderada satisfação conjugal estão associados a baixos níveis de comportamentos positivos, pelo que, tanto o comportamento positivo do cônjuge, como o seu comportamento negativo surgem, mais uma vez, relacionados com a satisfação. Resultados de investigações sugerem que a negatividade sentida como tal e expressa pelos maridos nos primeiros tempos de casamento deverá ser o principal factor na determinação dos resultados relacionais, o que vai de encontro aos resultados dos estudos de Gottman e Krokoff (1989) e Levenson e Gottman (1985) (cit. por Huston e Vangelisti, 1991), ao defenderem que é dos principais preditores de declínio na satisfação conjugal das esposas. Segundo Weiss (1980, cit. por Narciso, 1994; Huston & Vangelisti, 1991), a satisfação precoce das mulheres, tal como a dos maridos, é preditora de comportamentos afectivos no cônjuge. É, contudo, interessante notar que, nem os níveis iniciais de satisfação dos homens, nem os das mulheres funcionam como preditores da futura satisfação conjugal. As mudanças na satisfação conjugal parecem ser mediadas por outras variáveis, como, por exemplo, o comportamento afectivo de cada um dos cônjuges.

Intimidade/Proximidade Conjugal

De acordo com Reis (Clark & Reis, 1998; Reis, 1990; Laurenceau, Barrett & Pietromanaco, 1998, cit. por Moura, 2003), a intimidade surge como um processo interaccional que inclui variados componentes e que se processa ao longo de diferentes etapas. Começa quando um indivíduo expressa sentimentos e informações importantes e auto-reveladores a um outro indivíduo, o qual, por seu lado, retribui de forma empática e, como resultado desta retribuição, o primeiro sente-se compreendido, validado e alvo de cuidados e atenção. Estudos indicam que a intimidade/proximidade conjugal é,

sobretudo afectada por comportamentos insuficientes de vinculação e de preocupação/atenção para com o outro (Mirgain & Cordova, 2007; Rampage, 1997, cit. por Moura, 2003). Mirgain e Cordova (2007) verificaram, num estudo realizado, que a habilidade emocional dos cônjuges parece estar associada à satisfação conjugal e que esta associação é mediada pela intimidade. Para Hatfield (1982, cit. por Moura, 2003), com a finalidade do casal atingir uma intimidade completa a todos os níveis da sua relação, devem-se enfatizar o afecto, a confiança, a compreensão, a expressão emocional e sexual, o desejo de promover o bem-estar do outro e a comunicação como componentes essenciais da intimidade. Segundo Sternberg (1986, cit. por Moura, 2003), a intimidade surge como a componente do amor que confere o sentido de proximidade e vinculação nas relações amorosas e decorre, essencialmente, de um forte investimento emocional. Malone e Malone (1987, in Schnarch, 1991, cit. por Crespo 2007), afirmam que a proximidade é a experiência de contacto com o outro, caracterizada pelas qualidades de “estar junto com” e “ser parte” dessa outra pessoa. Por sua vez, a intimidade é o processo de se conhecer a si próprio na presença do outro. Segundo Aron, Mashed e Aron (2004), a proximidade tem sido avaliada mais em termos de grau ou quantidade e a intimidade, mais em termos de qualidade. No entanto, a noção de proximidade enquanto *“Inclusão do Outro no Self”* estabelece fortes pontes conceptuais com a noção de intimidade conjugal e, de um modo mais particular, com duas variáveis que reportam à vivência do casal, a vinculação amorosa e a qualidade/satisfação relacionais (Crespo, 2007). Para Aron e colaboradores (1992; 2005, cit. por Crespo 2007), a *inclusão do outro no self* significa, no âmbito de uma relação próxima, que cada um inclui no *self*, em certa medida, recursos, perspectivas e identidades do outro, aumentando, assim, a intimidade entre os mesmos.

Dados da investigação têm revelado que a falta de intimidade/proximidade entre os parceiros é o elemento que mais contribui para a insatisfação conjugal.

A comunicação é um processo absolutamente central, subjacente à construção e desenvolvimento da intimidade, uma vez que implica, por um lado, a expressão e partilha de sentimentos, crenças e outra informação pessoal, fulcrais para o crescimento da intimidade e, por outro lado, a resolução de conflitos e outras dificuldades, inevitáveis numa relação a dois. Vários estudos revelam que casais insatisfeitos com níveis insuficientes de intimidade, quando comparados com os satisfeitos, apresentam uma comunicação deficiente em termos de expressividade, de desejos, afectos e

necessidades, envolvem-se menos em actividades conjuntas e expressam mais negatividade, centrando, com mais frequência, a comunicação em afectos, evocação de acontecimentos e comportamentos desagradáveis, do que agradáveis (Narciso, 1994). Da revisão de estudos feitos e citados por Noller e colaboradores (Narciso, 2001), salienta-se o facto dos casais satisfeitos comunicarem com maior clareza e serem mais competentes na percepção dos sentimentos e necessidades dos cônjuges. A comunicação entre o casal tem-se revelado o veículo privilegiado para a intimidade, sem a qual a inibição e a inaptidão para se despir de preconceitos perante o outro, irão proporcionar apenas modos insatisfeitos de consumação conjugal.

Vinculação Amorosa

Segundo Crespo (2007), a teoria da vinculação enfatiza a importância dos processos de proximidade e intimidade no desenvolvimento e manutenção da confiança e sentido de segurança nas relações amorosas.

O amor romântico preenche um conjunto de necessidades psicológicas, nomeadamente, de companheirismo, de amar e ser amado, de nos reconhecermos através do outro, de satisfação sexual, de apoio emocional, de auto-revelação e auto-descoberta, de auto-realização da identidade masculina/feminina e de partilha mútua da alegria de viver. O grau em que estas necessidades estão ou não satisfeitas, induzirá o tipo de vinculação ao companheiro (Narciso, 1994, cit. por Moura, 2003). A abordagem do amor e das relações amorosas no adulto de Hazan & Shaver (1987, cit. por Moura, 2003), parte da ideia central da teoria da vinculação defendida por Bowlby (cit. por Moura, 2003), de que as relações de vinculação estabelecidas nos primeiros anos de vida e as expectativas que a criança gera em relação à figura de vinculação, persistem ao longo da vida e influenciam o desenvolvimento e as relações interpessoais posteriores da criança, apesar destes modelos internos dinâmicos poderem ser revistos e modificados de acordo com as experiências relacionais posteriores. Estes autores desenvolveram uma avaliação da vinculação do adulto, baseada nos três padrões de vinculação na infância definidos por Ainsworth, segundo a qual os adultos são caracterizados em três tipos, sendo estes, o *Seguro*, o *Evitante* e o *Ansioso/Ambivalente*. Bartholomew (1990, cit. por Moura, 2003), na sequência da linha teórica anterior, mas argumentando que o estilo *Evitante*, caracterizado por Hazan & Shaver comporta duas

características distintas – o adulto que não se aproxima do outro porque não deseja a proximidade e o adulto que não se aproxima do outro por receio, mas que desejaria essa proximidade –, desenvolve um novo modelo. Deste modelo emergem quatro padrões de vinculação:

Vinculação Segura – adultos sentem-se confortáveis a depender do outro, confiam nele e consideram fácil estar próximo deste; têm uma representação positiva de si próprios e dos outros; consideram-se merecedores dos cuidados dos outros e confiam na disponibilidade e capacidade dos outros responderem às suas necessidades.

Vinculação Preocupada – adultos com uma percepção negativa de si próprios, como não merecedores dos cuidados dos outros e uma avaliação positiva destes últimos, dos quais se sentem dependentes.

Vinculação Evitante Amedrontada – adultos com uma percepção negativa de si próprios, como não merecedores dos cuidados dos outros, e uma representação negativa destes, como não merecedores de confiança; revelam desejo de proximidade com o outro mas, simultaneamente, desconforto e evitamento dessa proximidade, em virtude do medo de serem magoados.

Vinculação Evitante Desligada – adultos com uma percepção excessivamente positiva de si próprios, mas com uma imagem negativa dos outros, considerados incapazes de responderem às suas necessidades; evitam e sentem-se confortáveis sem relações próximas, procurando garantir a independência e auto-suficiência, e confiam pouco nos outros (Canavarro, 1999, cit. por Moura, 2003).

Ao reflectirmos sobre o papel da vinculação amorosa na satisfação relacional, pode afirmar-se que, desde os estudos pioneiros de Hazan e Shaver, várias investigações têm realçado a influência da vinculação do adulto no funcionamento da relação, incluindo na satisfação conjugal (Collins et al., 2002; Feeney, 1999; Kirkpatrick e Davis, 1994; Simpson, 1990, cit. por Lowyck, Luyten, Demyttenaere & Corveleyn, 2008), na comunicação (Kobak & Hazan, 1991, cit. por Lowyck, Luyten, Demyttenaere & Corveleyn, 2008) e na confiança entre os cônjuges (Mikulincer, 1998, cit. por Lowyck, Luyten, Demyttenaere & Corveleyn, 2008). Estes estudos têm mostrado, de modo consistente, que a vinculação segura está positivamente relacionada com a qualidade e satisfação da relação entre os cônjuges (Cozzarelli et al., 2000; Feeney, 1999;

Kirkpatrick, 1998; Mikulincer et al., 2000; Mikulincer et al., 2002; Schachner, Shaver & Mikulincer, 2003; Stein et al., 2002, cit. por Lowyck, Luyten, Demyttenaere & Corveleyn, 2008).

Ao reflectir sobre a relação entre a satisfação conjugal e a vinculação ao cônjuge, Grau & Doll (2001) verificaram que, enquanto cônjuges com uma vinculação segura tendem a descrever a sua relação como justa, na medida em que dão e recebem na mesma quantidade, cônjuges com uma vinculação ansiosa na sua relação, sentem-se frequentemente injustiçados e numa posição desvantajosa, pois recebem menos do companheiro do que aquilo que dão. Resultados deste estudo indicam, também, que companheiros cuja vinculação é evitante, sentem que são tratados de um modo equitativo, embora a troca emocional neste caso, seja significativamente inferior à dos casais com um estilo de vinculação seguro, concluindo-se, portanto, que companheiros “evitantes” dão e recebem menos que estes. Estudos recentes sugerem que: a insatisfação conjugal surge positivamente correlacionada com a dimensão de evitamento nos homens e com a dimensão de ansiedade/ambivalência nas mulheres (Kirkpatrick, 1998, cit. por Lowyck, Luyten, Demyttenaere & Corveleyn, 2008); a vinculação segura parece ser um dos factores mais comumente associados à satisfação conjugal e também à proximidade, quando considerada como “inclusão do outro no *self*” (Ruvolo e Fabin, 1999, in Aron et al, 2004); os resultados da proximidade também apontam para uma relação entre a segurança na vinculação e níveis mais elevados da mesma (Roberts, 2003, cit. por Crespo, 2007); a insegurança ao nível da vinculação parece comprometer a relação entre o casal, verificando-se este facto sobretudo em contextos de elevados níveis de comportamento emocional negativo ou de conflito (Creasey, 2002; Paley, Cox, Harter, & Margand, 2000, cit. por Burchinal e Margand, Cox, Kanoy e Paley, 2005).

O Tempo e os Filhos

Quer em termos de vinculação, quer em termos de satisfação e qualidade na relação, existe um maior número de estudos relativamente às primeiras etapas de vida do casal, do que em relação às restantes fases. Dickstein e Parke (1988, cit. por Kerig, Cowan & Cowan, 1993) referem também que a análise da contribuição dos filhos para a relação conjugal tem sido um pouco “esquecida” na revisão de literatura.

Enquanto algumas investigações revelam um aumento regular da satisfação (de uma forma geral) ao longo do tempo, outras indicam um declínio depois dos primeiros anos de casamento e outros constataam, ainda, um padrão curvilíneo, em que a qualidade e a satisfação conjugais surgem mais elevadas nos primeiros anos de casamento, seguindo-se um declínio que vai de encontro às fases de crescimento e de adolescência dos filhos, voltando a aumentar nos últimos anos de casamento, o que coincide com a saída de casa dos filhos (Narciso, 2001). No entanto, este padrão curvilíneo não acontece tão frequentemente (Feeney, Noller & Ward, 1997; Karney & Bradbury, 1997; Vaillant & Vaillant, 1993, cit por Narciso, 2001). Nos estudos destes autores, a satisfação e a vinculação segura permaneciam relativamente estáveis, sobretudo a partir dos anos intermédios de casamento.

Num estudo com casais de Leonard e Roberts (1998, cit. por Crespo, 2007), ao longo dos três primeiros anos de casamento, verificou-se um decréscimo dos níveis de satisfação conjugal e vinculação segura em 50% destes, sobretudo no primeiro ano. Entre os principais preditores deste declínio, encontrava-se a variável “terem pelo menos um filho”. Para Shapiro, Gottman e Carrère (2000) o início da ruptura, para muitos casais, começa com o primeiro filho, verificando-se, segundo dados estatísticos, que 50% dos divórcios ocorrem nos primeiros sete anos de casamento.

Também segundo Orbuch, House, Mero & Webster (1996, cit. por Narciso, 2001), os declínios da satisfação e da vinculação segura ao cônjuge têm sido fortemente associados à presença dos filhos. A presença dos filhos, nos anos intermédios de casamento parece afectar a relação devido à sobrecarga de tarefas domésticas e parentais, sobretudo para as mulheres, e também devido à diminuição de tempos livres e exclusivos do casal. Feeney, Noller e Ward (1997, cit. por Narciso, 2001) constataram que os níveis mais elevados de compatibilidade, intimidade/proximidade, vinculação e respeito ocorriam em casais que nunca tinham tido filhos, ou que tendo, não viviam com eles. Estes casais atribuíam também uma maior importância à comunicação. O número de filhos surgia, portanto, inversamente relacionado a estes factores. Existem ainda evidências de que, com a parentalidade, os cônjuges experienciam um decréscimo nos tempos livres ou de lazer, no número de decisões tomadas em conjunto, nas expressões de afecto e proximidade (Huston & Vangelisti, 1995; Sanchez & Thomson, 1997, cit. por Narciso, 2001), sendo que experienciam também, e conseqüentemente,

uma diminuição na satisfação conjugal (Belsky & Rovine, 1990, cit. por Narciso, 2001), o que se pode repercutir na vinculação ao cônjuge.

Shapiro, Gottman e Carrère (2000), no seu estudo longitudinal realizado com casais ao longo de 6 anos, confirmaram que a transição para a parentalidade é uma das fases de maior dificuldade de adaptação para a família. No entanto, permanecer sem filhos não surge como uma fórmula eficiente no combate ao divórcio, nem como garantia de estabilidade conjugal, pois, num estudo de Cowan e Cowan (1992, cit. por Shapiro, Gottman e Carrère, 2000), estes observaram uma média de 50% de divórcios para os casais que permaneciam sem filhos, embora também de 25% para os casais que se tornavam pais.

Segundo Belsky e Kelly, (1994, cit. por Shapiro, Gottman e Carrère, 2000), quanto maior for o conhecimento que cada cônjuge tem do seu companheiro e da sua relação, melhor será a manutenção de uma boa comunicação e satisfação nos casais que se tornam pais. No estudo de Shapiro, Gottman e Carrère (2000), o declínio da satisfação verificado ao nível dos casais recém-casados suportou as investigações anteriores, concluindo-se, assim, que existe um declínio sistemático daquela na transição para a parentalidade e que este é também particularmente evidenciado pelas mulheres. Dados deste estudo sugerem, ainda, que as mulheres que iniciam os seus casamentos mais satisfeitas apresentam uma maior probabilidade de vir a ter filhos entre os 4 e os 6 anos de casamento. Verificou-se que, quanto maior a expressão de carinho e afecto depositado na relação por parte do marido, mais satisfeita com o casamento a esposa se sentiria no período de transição para a parentalidade. O elevado grau de conhecimento da relação e da companheira surge mais uma vez como um preditor da satisfação conjugal da esposa neste período de transição. De igual modo, a consciência dos esforços que o marido faz para estar presente, para dar apoio e amor neste período, aumentarão a satisfação da esposa em relação ao casamento, as interacções positivas e diminuirão o número de conflitos entre o casal. Em contrapartida, a negatividade para com o cônjuge, o desapontamento para com o casamento e/ou para com o cônjuge e o sentimento de caos ao perceberem que as mudanças estão fora do controle, vêm reflectir fortes vulnerabilidades no casamento e declínios na satisfação conjugal neste período de transição.

Para Clements e Markman (1998; Kurdek, 1998, cit. por Crespo, 2007), nas famílias com filhos adolescentes, ao contrário da idealização característica das primeiras fases do ciclo de vida, há uma sobrecarga de expectativas negativas que não parece facilitar a vivência satisfatória dos adolescentes e dos seus pais. Para resolver este período crítico de forma criativa e satisfatória, é necessário, segundo Alarcão (2000), que o casal alimente de forma significativa a dimensão individual de cada um dos cônjuges sem descuidar o “nós” conjugal. Outros estudos sobre satisfação conjugal e vinculação ao cônjuge indicam que estas tendem a aumentar progressivamente após o estágio de “lançamento dos filhos” (Olson, 1988, cit. por Narciso, 2001). Este autor verificou que, em termos de satisfação e vinculação conjugais, os cônjuges, nesta fase, e também os do estágio “ninho vazio”, reportavam maior satisfação do que os das famílias com filhos em idade pré-escolar e adolescentes.

A vinculação, o grau de proximidade ao cônjuge e a satisfação conjugal são, pois, fulcrais no estudo da conjugalidade e parentalidade pelo facto destes influenciarem amplamente as relações no sistema conjugal nas fases de transição que obrigam a grandes renegociações e reajustamentos nos três sistemas - vinculação, cuidados parentais e relações íntimas. A vinculação afectiva diádica, tornar-se-á triádica – o novo membro da família é extremamente dependente e irá reduzir o tempo e a atenção que os cônjuges dedicavam um ao outro (Feeney, 2003). Rholes, Simpson, Campbell e Grinch (2001, cit. por Feeney, 2003) constataram que mulheres com vinculação ambivalente apresentam elevados declínios na satisfação conjugal e no suporte dado pelo cônjuge em períodos de transição para a maternidade, especialmente se percepcionarem os maridos como suportes insuficientes antes do nascimento do filho. É também necessário reconhecer que estes problemas, reflectidos numa sensação de desigualdade no desempenho dos papéis de cônjuge e pai/mãe, poderão provir de vinculações ansiosas/ambivalentes ao companheiro, com repercussões fortemente negativas na percepção do compromisso e também nas expectativas em relação ao futuro da relação. Shapiro, Gottman e Carrère (2000), comprovaram que os cônjuges são interdependentes e que as dificuldades experienciadas por um tendem a reflectir-se e a afectar o outro. Os autores identificaram os factores conjugais nos primeiros meses de casamento, que são preditores de satisfação, estabilidade, proximidade e vinculação positiva ou de declínio destas, no período de transição para a maternidade. O que previa a estabilidade, a proximidade ou o aumento da satisfação nas mães era a expressão carinhosa, a

sensibilidade do marido para com a situação e a importância da relação para ele. Por contraste, o que previa o declínio na satisfação conjugal das mães e na vinculação segura ao cônjuge, eram as expressões destes, sentidas por elas como negativas; a sensação de desapontamento dos mesmos para com o casamento ou a percepção de ambos de que a sua vida estava caótica. Por outro lado, verificou-se, ainda, que indivíduos nos quais se verificou uma carência de cuidados adequados enquanto crianças, manifestam um funcionamento conjugal menos positivo no momento de transição para a parentalidade, menos estratégias de resolução de conflitos (Belsky & Isabella, 1985; Cox et al., 1985, cit. por Burchinal e Margand, Cox, Kanoy e Paley, 2005) e, conseqüentemente, um comportamento parental também menos positivo para com os próprios filhos (Cox et al., 1985; Serbin & Karp, 2003, cit. por Burchinal e Margand, Cox, Kanoy e Paley, 2005). Já num estudo de Katz e Gottman (1997, cit. por Gordis & John, 2001) observou-se que a parentalidade depreciativa agravava os efeitos negativos do conflito conjugal. Numa outra investigação, Colwell, Frabutt e Lewis (2006) verificaram que o conflito conjugal estava associado a baixos níveis de tolerância e de estratégias de resolução de conflitos na relação entre pais e filhos. Slade, Belsky, Aber, e Phelps (2002, cit. por Burchinal e Margand, Cox, Kanoy e Paley, 2005), constataram que a parentalidade de adultos seguros e inseguros parece ser afectada em função do grau de segurança da vinculação do cônjuge. Investigações actuais no âmbito têm mostrado que mães com sintomas de depressão revelam sinais de percepção mais negativa dos filhos, fazem mais atribuições negativas aos seus comportamentos, experienciam reacções de afecto mais negativas e uma menor satisfação quer na relação com os filhos, quer na relação com o cônjuge (Tenzer, Murray, Vaughan, & Sacco, 2006). A vinculação actual e o risco de agravamento desta, parece ser, segundo Scharfe (2007), significativamente influenciada pelo cônjuge e pela relação conjugal. Cohn et al (1992, cit. por Burchinal e Margand, Cox, Kanoy e Paley, 2005) verificaram, numa investigação, que, embora mães inseguras se revelassem menos competentes a nível parental do que mães seguras, estas evidenciavam um comportamento ainda mais negativo, quando o seu cônjuge era inseguro, do que quando este se mostrava seguro, o que nos remete, mais uma vez, para a relação significativa que existe entre a vinculação segura e uma relação conjugal mais harmoniosa. Adicionalmente, revela-se de extrema importância a percepção de que a qualidade relacional do casal vai ser o principal suporte de cada um dos cônjuges para superar todas as dificuldades ao longo das

diferentes fases do ciclo de vida, nomeadamente, após o nascimento dos filhos (Bowlby, 1951 & Hrdy, 1999, cit. por Blom e Dijk, 2007).

II - Processo Metodológico

2.1 Desenho da Investigação

O desenho da investigação deve incluir a questão inicial, o quadro de referência ou mapa conceptual (referindo constructos ou variáveis-chave), as questões de investigação e objectivos, assim como a estratégia metodológica de investigação relativamente à recolha (selecção da amostra, instrumentos e procedimentos e a análise de dados) (Mason, 1998).

Embora os temas abordados – Satisfação Conjugal, Proximidade e Vinculação ao Cónjuge – não constituam uma novidade em investigações quantitativas e qualitativas, a união destas num projecto de investigação – ainda que meramente exploratório – onde se pretende analisar diferenças e semelhanças nestas variáveis ao nível de participantes adultos casados ou em união de facto com filhos e em adultos casados ou em união de facto sem filhos, parece sê-lo na população portuguesa.

A recolha e análise de dados quantitativos facultarão a identificação de padrões que se referem à interligação entre as dimensões estudadas. O principal objectivo desta fase de cariz quantitativo é obter um panorama geral do universo dos indivíduos estudados. Esta recolha de dados envolveu a administração de escalas/questionários, no âmbito de uma investigação mais alargada, a 652 indivíduos (agrupados em adultos casados ou em união de facto com filhos, adultos casados ou em união de facto sem filhos e adultos divorciados) e a análise dos dados será realizada com recurso a análises estatísticas descritivas e inferenciais. No estudo presente, consideraremos, apenas, os dados provenientes dos indivíduos que responderam às escalas EASAVIC, A&QIR-S e IOS, que avaliam, respectivamente, a satisfação, a vinculação (grau de afectividade segura) e a proximidade ao cónjuge.

2.2 A Questão Inicial

Questão inicial deste estudo:

Verificar-se-ão diferenças aquando da comparação da Satisfação Conjugal, da Proximidade Conjugal e da Vinculação (grau de afectividade segura) ao Cônjuge ao longo do tempo de relação conjugal e em adultos casados ou em união de facto com filhos e adultos casados ou em união de facto sem filhos, na nossa amostra?

2.3 Objectivos

Com a finalidade de contribuir para o conhecimento de alguns dos aspectos respeitantes às relações conjugais e, conseqüentemente, para o enriquecimento da investigação e da prática interventiva, quer ao nível da prevenção, quer ao nível da terapia (Narciso, 2001), definimos um objectivo geral e três mais específicos.

Objectivo geral:

- Analisar a satisfação conjugal, a vinculação ao cônjuge (grau de afectividade segura) e a proximidade de participantes adultos casados ou em união de facto com filhos e sem filhos.

A partir deste objectivo geral, distinguimos os seguintes objectivos específicos:

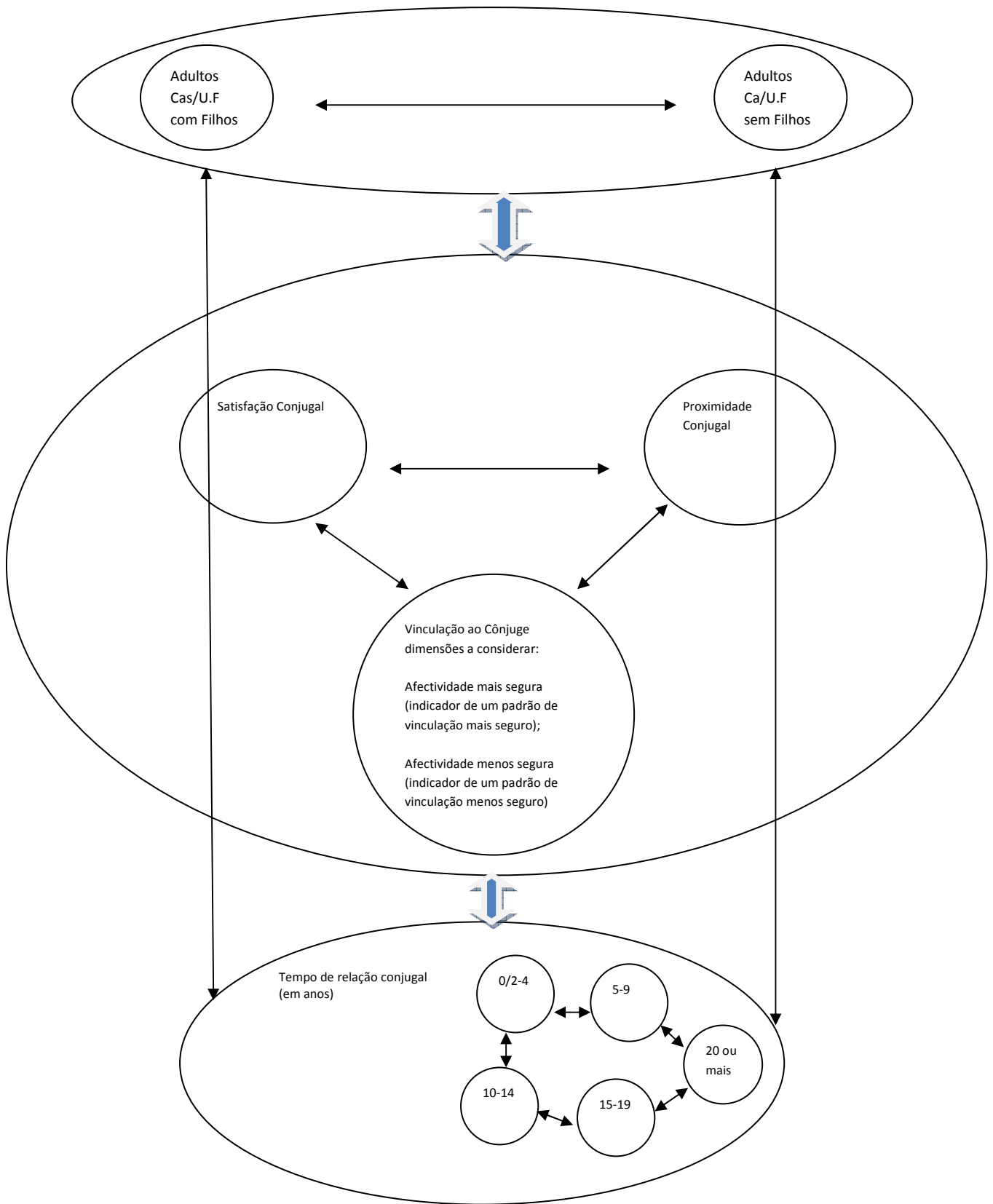
- Investigar a satisfação conjugal, considerando os anos de casamento ou de união de facto, em participantes adultos com filhos e sem filhos;
- Analisar padrões de afectividade mais segura ou menos segura ao cônjuge – indicadores de um padrão de vinculação mais segura ou menos segura – considerando os anos de casamento em adultos casados ou em união de facto com filhos e sem filhos;
- Investigar a proximidade conjugal, considerando os anos de casamento ou de união de facto, em participantes adultos com filhos e sem filhos;
- Investigar a associação entre Afectividade ao Cônjuge, Proximidade Conjugal e Satisfação Conjugal em adultos casados ou em união de facto com filhos e sem filhos.

2.4 Mapa Conceptual

O mapa conceptual é uma representação gráfica ou narrada sobre os principais constructos em estudo e sobre a relação entre os mesmos (Narciso, 2001). Este mapa permite dar vida ao plano de investigação, introduzindo uma visão dinâmica das variáveis e da sua interação.

Assim, partindo da questão inicial que formulámos, chegámos ao seguinte mapa:

Figura 1 – Mapa Conceptual



O mapa conceptual apresentado (figura 1) é constituído por cinco variáveis, sendo que, o que se pretende verificar neste estudo, são as diferenças ao longo dos anos de relação conjugal, das variáveis satisfação conjugal, vinculação (afectividade) e proximidade ao cônjuge nos dois grupos de indivíduos da amostra portuguesa e a influência da variável “filhos”. No caso da ocorrência de diferenças significativas, pretendemos então averiguar de que forma estas diferenças se traduzem.

2.5 As Questões de Investigação e Hipóteses Prévias

As questões de investigação constituem o esqueleto da investigação, definindo os contornos do que se ambiciona averiguar e orientando, assim, o investigador. Neste estudo, formulámos uma hipótese alicerçada nos dados referidos na literatura e duas questões de investigação.

Hipóteses e questões de investigação

Hipótese:

- Existe uma associação positiva entre satisfação, proximidade conjugal e afectividade segura, quer em adultos casados ou em união de facto com filhos, quer nos adultos casados ou em união de facto sem filhos.

Questões de investigação:

1^a Adultos casados ou em união de facto sem filhos apresentarão níveis mais elevados de satisfação, de proximidade conjugal e de afectividade segura do que adultos casados ou em união de facto com filhos?

2^a Quanto menor for o tempo de casamento ou de união de facto, maior será a satisfação, a proximidade conjugal e a afectividade segura?

2.6 Estratégia Metodológica de Investigação

2.6.1 O Processo de Selecção da Amostra

Nesta secção, encontram-se descritos aspectos relacionados com a amostra deste estudo. Estes revestem-se de especial importância já que a validade dos resultados estatísticos depende, em parte, do modo como os participantes forem seleccionados, do seu número, das variáveis e das características das suas respostas (Spicer, 2004; Tabachnick & Fidell, 2001, cit. por Crespo, 2007).

Esta amostra foi recolhida através de uma técnica de amostragem não probabilística, o que acontece frequentemente nos estudos empíricos em Psicologia. Neste tipo de amostragem, não há referência formal a uma população definida e não existem procedimentos que assegurem probabilidades conhecidas. Neste caso específico, trata-se de uma amostragem de conveniência, na qual os participantes são escolhidos porque preenchem determinados critérios definidos, tendo por base os objectivos da investigação mais alargada. Ao procurar que a amostra fosse relativamente homogénea em relação a outros critérios que não os estádios do ciclo de vida do casal, definiram-se, assim, as características dos participantes a incluir, por cada investigador: adultos heterossexuais casados ou em união de facto com ou sem filhos, sendo que, no caso de os terem, pelo menos um teria de ter uma idade compreendida entre os 2 e os 18 anos. Outro dos critérios, foi, também, o facto de pelo menos oito dos participantes por investigador terem de ser casados ou viver em união de facto entre si. Os participantes foram contactados através dos investigadores e, voluntariamente, disponibilizaram-se para a participação nesta investigação. A amostra com um total de 652 indivíduos foi recolhida entre Dezembro e Fevereiro de 2007/2008. No que se refere à dimensão da amostra, a qual está relacionada com o problema da precisão das estimativas (Pedhazur & Schmelkin, 1991, cit. por Ribeiro, 2002), tivemos em consideração critérios como os objectivos dos estudos empíricos, o número de variáveis, as características das análises estatísticas e o tamanho das amostras usadas em estudos similares (Nunally & Bernstein, 1994, cit. por Ribeiro, 2002).

2.6.2 Caracterização Geral da Amostra

A amostra estudada (Apêndice I) é constituída por 652 adultos casados ou em união de facto com filhos e sem filhos, com idades compreendidas entre os 20 e os 70 ou mais anos de idade, sendo que a maior incidência se verifica na faixa 30-39 anos (35,4%, N=231). 48,3% dos sujeitos da amostra (N=315) são do sexo masculino e 51,7% (N=337) do sexo feminino.

Relativamente às variáveis sócio-demográficas, verifica-se que a escolaridade mais frequente entre os sujeitos da amostra é o ensino superior, com uma maioria de 49,5% (N=322). Cerca de 96,6% dos sujeitos (N=630) são caucasianos e 49,7% (N=324) pertencem a um nível sócio-económico médio alto e alto. Quanto à zona de residência actual, a maioria dos participantes reside na Grande Lisboa 58,1% (N=379). Constatou-se que, os tempos de relação conjugal mais frequentes entre os sujeitos da amostra são os dos que vivem nesta situação há 20 ou mais anos, com uma percentagem de 24,5 (N=135) e, posteriormente, os que compreendem os 15-19 anos de casamento, com uma percentagem de 23,2 (N=128). Quanto à situação conjugal, 85% (N=551) são casados e 15% (N=97) coabitam em união de facto. Em relação à Parentalidade, verificou-se que 70,7% dos indivíduos (N=461) tinham de facto filhos e que 29,3% (N=191) não tinham passado por esta experiência. Em relação à religiosidade, 51,9% (N=335) afirmaram ser crentes não praticantes, pertencendo à religião católica, 85,5% dos elementos da nossa amostra (N=426).

2.6.3 A Escolha e a Descrição dos Instrumentos

- Escala de Avaliação da Satisfação em Áreas da Vida Conjugal (EASAVIC de Narciso & Costa) (Anexo I)

A construção desta escala parte do pressuposto de que a satisfação conjugal resulta de uma avaliação subjectiva e pessoal do casamento, não devendo, por isso, ser avaliada a partir de critérios externos aos indivíduos. Deste modo, concebeu-se um instrumento de auto-avaliação da satisfação que permitisse ser um indicador da satisfação experienciada em várias áreas da vida conjugal. A análise factorial da escala revelou,

aquando da sua criação, uma estrutura bifactorial, estando os 44 itens organizados em cinco áreas da vida conjugal relativas à dimensão funcionamento conjugal – funções familiares, tempos livres, autonomia, relações extra-familiares, e comunicação e conflitos; e a cinco áreas relativas à dimensão amor – sentimentos e expressão de sentimentos, sexualidade, intimidade emocional, continuidade, características físicas e psicológicas. Trata-se de uma escala de Likert em seis pontos, o que permite que cada indivíduo avalie a sua satisfação entre *Nada Satisfeito* (1), *Pouco Satisfeito* (2), *Razoavelmente Satisfeito* (3), *Satisfeito* (4), *Muito Satisfeito* (5), e *Completamente Satisfeito* (6). No estudo psicométrico da escala, evidenciou-se uma elevada consistência interna da mesma (coeficiente alfa > .90). Uma das vantagens da utilização desta escala é o facto de ter subjacente uma concepção dinâmica que compatibiliza satisfação e insatisfação, permitindo discriminar áreas de força ou de fragilidade que constituirão um elemento válido de diagnóstico ao nível da prática clínica. No entanto, a importância da valorização pessoal da satisfação em cada área para a satisfação conjugal global, não é tida em consideração, o que se traduz nalguma relatividade do resultado global da escala. A EASAVIC não contempla a área relativa aos Filhos, o que constitui um limite da escala quando aplicada também a casais com filhos, como é o caso deste estudo, dada a influência destes na vida conjugal. Finalmente, e como em qualquer instrumento quantitativo, a informação é limitada, na medida em que não permite o acesso à compreensão dos processos e significações inerentes à satisfação (Narciso, 2001).

Numa investigação sobre Conjugalidade e Parentalidade, actualmente a decorrer na FPCE-UL, orientada¹ por Narciso, Ribeiro e Ferreira (2008), no âmbito do Mestrado Integrado em Psicologia no Núcleo de Psicologia Clínica Sistémica, as autoras optaram por realizar um novo estudo sobre as características metrológicas da EASAVIC, com uma amostra de 652 indivíduos casados ou em união de facto, uma vez que se passaram cerca de 15 anos desde os anteriores estudos psicométricos realizados aquando da criação da escala. Assim, o mais recente estudo indicou uma elevada fiabilidade com um alpha de Chronbach de .971, tendo a análise em componentes principais revelado uma estrutura unifactorial.

¹ Dado que a investigação está em curso, não existe ainda qualquer publicação sobre a mesma.

- Escala de Inclusão do Outro no *Self* (IOS de Aron, Aron & Smollan) (Anexo I)

A proximidade entre os membros do casal foi avaliada através desta escala. A IOS é uma medida gráfica composta por um só item que consiste numa série de diagramas de Venn que representam diferentes graus de sobreposição entre dois círculos que, por sua vez, representam o outro e o *self*. Na administração desta escala, é pedido aos participantes que escolham a figura que melhor descreve a sua relação com o/a companheiro/a. Cada figura corresponde ao grau de proximidade que o participante percebe na sua relação com o outro, que pode ir de 1 a 7. O modelo de expansão do *self* proposto por Aron e Aron, em 1986, indica que, nas relações próximas, o indivíduo pode perceber o *self* como incluindo recursos, perspectivas e identidades do outro (Aron, Mashed & Aron, 2004, cit. por Crespo, 2007). Estes autores efectuaram estudos correlacionais com outras medidas de proximidade que demonstraram a validade concorrente e convergente da escala IOS. Foi também demonstrada a sua validade preditiva, tendo-se revelado significativamente correlacionada com a probabilidade de uma relação continuar intacta três meses mais tarde ($r = .46$). Numa perspectiva sistémica, a noção de proximidade como “Inclusão do Outro no *Self*”, enquanto interdependência, estabelece pontes conceptuais com a noção de intimidade conjugal e de um modo mais particular, com uma das variáveis do nosso estudo – a vinculação ao cônjuge. Segundo Collins e Feeney (2004), a teoria da vinculação enfatiza a importância dos processos de proximidade e intimidade no desenvolvimento e manutenção da confiança e sentido de segurança nas relações amorosas. A mesma teoria pode esclarecer o modo como as diferenças individuais nos estilos de vinculação moldam a qualidade e satisfação das relações próximas e íntimas no âmbito do relacionamento, bem como no âmbito das percepções individuais subjectivas acerca deste tipo de interações. A vinculação segura, parece ser um dos factores mais comumente associados à satisfação relacional e também à proximidade, quando considerada como “Inclusão do Outro no *Self*”. Assim, e nesta sequência, considerámos de suma pertinência a consideração da escala IOS na nossa investigação, pelo facto da proximidade e da intimidade surgirem praticamente como um dos níveis da variável em estudo – *vinculação ao cônjuge*.

- Escala da Vinculação e Qualidade da Relação (A&QIR-S de Moreira) (Anexo I)

A A&QRI-S é uma escala desenvolvida por Moreira (2003), resultando da integração de duas escalas diferentes: o QRI (Pierce e tal, 1997, cit in Moreira, 2003) e o QER (Moreira, 2002, cit in Moreira, 2003). A A&QRI-S, com 22 itens numa escala de Likert de 5 pontos – *Discordo Totalmente, Discordo Moderadamente, Não Concordo nem Discordo, Concordo Moderadamente e Concordo Totalmente* - pretende avaliar a qualidade relacional e dimensões de vinculação relativamente a figuras de vinculação principais: mãe, pai e um outro significativo. O estudo psicométrico da A&QRI-S, realizado a partir de uma amostra de estudantes de enfermagem, indicou uma elevada fiabilidade com valores de Alpha de Cronbach variando entre .81 e .92. A análise factorial exploratória revelou a presença de seis factores – intensidade, apoio e confiança, vinculação preocupada, conflito e desconfiança com proximidade.

O A&QRI-S foi um dos instrumentos utilizados na investigação em curso, no âmbito do Mestrado Integrado em Psicologia, no Núcleo de Psicologia Clínica Sistémica. Narciso, Ribeiro e Ferreira (2008) realizaram o estudo psicométrico desta escala, o que se considerou pertinente, uma vez que a amostra da referida investigação assumia características radicalmente diferentes das da amostra utilizada por Moreira (2003) aquando da criação da escala. Assim, o referido estudo em curso indicou uma fiabilidade quase sempre elevada com Alphas de Cronbach variando entre .776 e .936, excepto numa das dimensões reveladas pelo estudo da Análise em Componentes Principais – Afectividade Conflituosa -, cujos Alphas não foram além de .617 e .644. A Análise em Componentes Principais revelou, para o pai e para a mãe, quatro factores ou dimensões – Afectividade Segura (itens, 1, 2, 3, 6, 8, 9, 10, 12, 14, 16, 18, 19 e 21), Afectividade Preocupada (itens 5, 13, e 17), Afectividade Evitante (7, 11 e 15) e Afectividade Conflituosa (4, 20 e 22). Já no que se refere ao Cônjuge, a Análise em Componentes Principais revelou uma estrutura unifactorial, o que permite apenas avaliar o grau de Afectividade² ao Cônjuge.

² Analisando o conteúdo dos itens, e sendo a Afectividade uma das dimensões centrais da Vinculação, Narciso, Ribeiro e Ferreira (2008) optaram pela designação primeira de Afectividade em todas as dimensões relativas ao pai, mãe e à dimensão geral relativa ao cônjuge.

- Questionário Geral (Anexo I)

O Questionário Geral contemplava variáveis sociais, pessoais e demográficas, tais como: sexo; nível de escolaridade; origem étnica; situação profissional; zona do país de residência; número, tipo, idade e sexo dos filhos; estado civil; coabitação; situação relacional; existência de acompanhamento psicológico; opção religiosa e grau de religiosidade.

2.7 Procedimento na recolha de dados

Os questionários aplicados à nossa amostra inserem-se no âmbito de uma investigação mais alargada sobre Conjugalidade e Parentalidade a decorrer no Núcleo de Psicologia Clínica Sistémica, no âmbito do Mestrado Integrado em Psicologia.

O protocolo de investigação incluía um Questionário geral, um conjunto de escalas sobre Conjugalidade (analisadas no presente estudo), Parentalidade e Qualidade das relações na Família de Origem, e uma folha introdutória (que explicava os objectivos do estudo, assegurava o anonimato dos participantes e agradecia a participação no estudo) elaborada pelas orientadoras da dissertação. Durante a administração, era pedido aos participantes que respondessem individualmente ao protocolo de investigação. Ficou ainda estipulado que, no caso do respondente levantar dúvidas, o investigador auxiliá-lo-ia sempre que necessário, ainda que todos os instrumentos constituintes do protocolo fossem precedidos de uma introdução explicativa. Terminado o preenchimento do questionário, este era colocado num envelope, ao qual era atribuído um código.

A análise dos dados foi efectuada com o programa SPSS, versão 15.0 para *Windows*.

III – Resultados

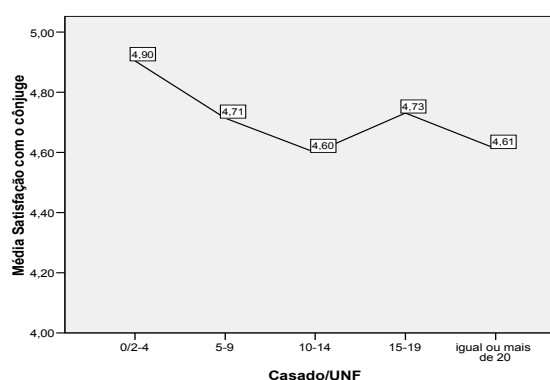
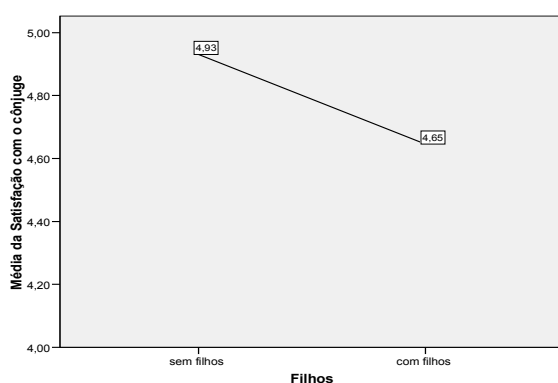
3.1 Satisfação Conjugal

Os resultados obtidos da EASAVIC (N=620) são apresentados no Quadro 1 e nos Gráficos 1 e 2. Nas pontuações médias obtidas numa escala de Likert de 0 a 6 pontos, os adultos encontram-se mais satisfeitos quando não têm filhos e estão casados/unidos de facto entre os 10 e os 14 anos (M= 5.10); e menos satisfeitos quando têm filhos e se encontram casados entre os 10 e os 14 anos (M= 4.57).

Quadro 1 – Grau de satisfação dos inquiridos por tempo de casamento ou união de facto e constituição de filhos.

	Filhos		N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
0/2-4	Sem filhos	Satisfação	135	2,41	6,00	4,94	0,632
	Com filhos	Satisfação	34	3,32	6,00	4,77	0,765
5-9	Sem filhos	Satisfação	34	3,59	5,52	4,84	0,445
	Com filhos	Satisfação	78	2,59	5,82	4,66	0,707
10-14	Sem filhos	Satisfação	5	4,02	5,57	5,10	0,612
	Com filhos	Satisfação	79	2,34	5,73	4,57	0,736
15-19	Com filhos	Satisfação	128	2,68	6,00	4,73	0,727
Igual ou mais de 20	Sem filhos	Satisfação	9	4,41	5,70	5,01	0,452
	Com filhos	Satisfação	118	1,86	5,89	4,58	0,753

Gráficos 1 e 2 - Médias de Satisfação com o cônjuge segundo existência/inexistência de filhos e tempo de casamento ou união de facto.



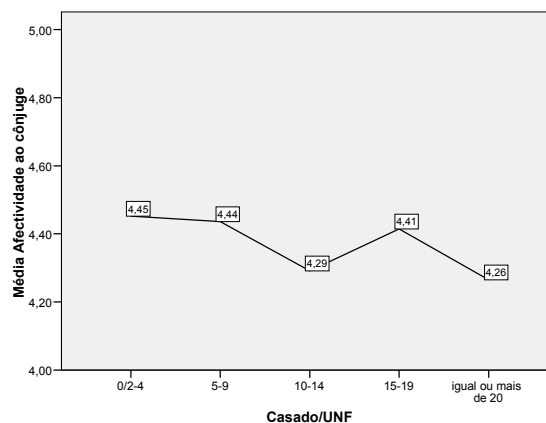
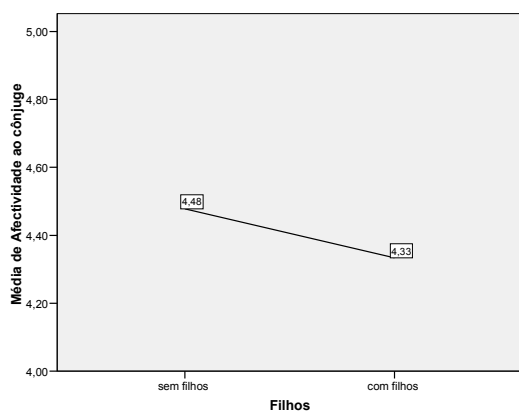
3.2 Afectividade ao Cônjuge

Os resultados obtidos do A&QIR-S (N= 498), são apresentados no Quadro 2 e nos Gráficos 3 e 4. Nas pontuações médias obtidas numa escala de Lickert de 0 a 5 pontos, os adultos encontram-se mais afectivamente seguros quando não têm filhos e estão casados/unidos de facto entre os 10-14 anos (M= 4.64); e menos afectivamente seguros quando têm filhos e se encontram casados há 20 ou mais anos (M= 3.92).

Quadro 2 – Grau de afectividade dos inquiridos por tempo de casamento ou união de facto e constituição de filhos.

Casado/UNF	Filhos	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
0/2-4	Sem filhos Afectividade	140	2,64	5,00	4,44	0,461
	Com filhos Afectividade	34	3,36	5,00	4,49	0,412
5-9	Sem filhos Afectividade	33	3,36	5,00	4,57	0,394
	Com filhos Afectividade	6	3,05	5,00	4,38	0,473
10-14	Sem filhos Afectividade	5	4,09	5,00	4,64	0,391
	Com filhos Afectividade	66	2,77	5,00	4,27	0,523
15-19	Com filhos Afectividade	103	3,05	5,00	4,41	0,418
Igual ou mais de 20	Sem filhos Afectividade	9	3,05	5,00	4,41	0,418
	Com filhos Afectividade	102	2,59	4,95	3,92	0,814

Gráficos 3 e 4 - Médias de Afectividade ao cônjuge segundo existência/inexistência de filhos e tempo de casamento ou união de facto.



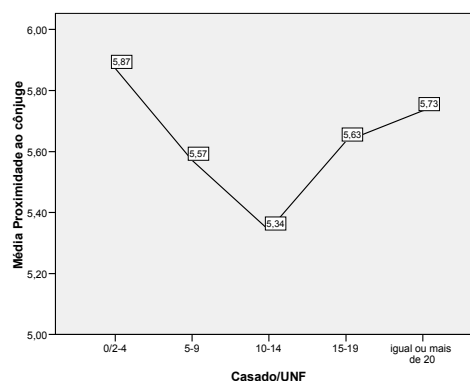
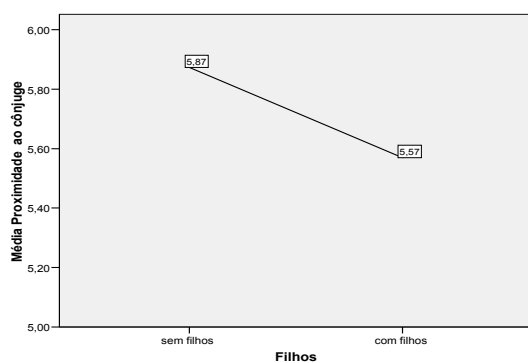
3.3 Proximidade Conjugal

Os resultados obtidos da IOS (N= 503), são apresentados no Quadro 3 e nos Gráficos 5 e 6. Nas pontuações médias obtidas numa escala de medida gráfica composta por um só item de 0 a 7 pontos, os adultos encontram-se mais próximos quando não têm filhos e estão casados/unidos de facto entre os 0/2-4 anos (M= 5.94); e menos próximos quando apesar de não terem filhos, se encontram casados há 20 ou mais anos (M= 5.11).

Quadro 3 – Grau de proximidade dos inquiridos casados por tempo de casamento ou união de facto e constituição de filhos.

Casado/UNF	Filhos	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
0/2-4	Sem filhos Proximidade	139	3	7	5,94	1,068
	Com filhos Proximidade	34	3	7	5,59	1,209
5-9	Sem filhos Proximidade	34	3	7	5,79	1,175
	Com filhos Proximidade	78	2	7	5,47	1,384
10-14	Sem filhos Proximidade	5	3	7	5,40	2,191
	Com filhos Proximidade	68	2	7	5,34	1,311
15-19	Com filhos Proximidade	104	2	7	5,63	1,270
Igual ou mais de 20	Sem filhos Proximidade	9	1	7	5,11	2,205
	Com filhos Proximidade	104	1	7	5,79	1,334

Gráficos 5 e 6 - Médias de Proximidade ao cônjuge segundo existência /inexistência de filhos e tempo de casamento ou união de facto



3.4 Análise de Variância

Nesta fase do estudo, interessava-nos especialmente estudar em que medida as variáveis “tempo de casamento/união de facto” e “existência/inexistência de filhos” se relacionam com as variáveis “satisfação conjugal”, “afectividade ao cônjuge” e “proximidade conjugal”. Sendo as variáveis dependentes quantitativas e as variáveis independentes de natureza nominal e ordinal, optar-se-ia, primeiramente, por realizar uma Análise de Homogeneidade de Variância Múltipla (MANOVA) com o intuito de saber em que grau as duas variáveis independentes influenciam a variância das três dimensões em estudo. No entanto, após se ter verificado a violação do pressuposto da Homogeneidade ($F_{(48, 4038, 860)} = 75, 642; < 0.05$) e do pressuposto da Normalidade (K-S < 0.05), optámos por realizar o Teste Não Paramétrico Kruskal-Wallis.

1ª Questão de investigação do nosso estudo

Ao testarmos o efeito do factor Filhos nas três dimensões (Satisfação, Afectividade e Proximidade Conjugais), verificámos que este faz variar de forma estatisticamente significativa com um grau de confiança de 95%, as médias das respostas às três dimensões em estudo. Concluímos, assim, que: a) os adultos casados ou em união de facto sem filhos, se encontram mais satisfeitos ($M_{\text{rank}} = 365,67$) do que os casados/unidos de facto com filhos ($M_{\text{rank}} = 293,13$) ($X^2 = 20,864; p < 0.05$); b) os adultos casados ou em união de facto sem filhos sentem-se mais afectivamente seguros ($M_{\text{rank}} = 327,20$) comparativamente aos adultos casados ou em união de facto com filhos ($M_{\text{rank}} = 271,97$) ($X^2 = 13,897; p < 0.05$); c) os adultos casados ou em união de facto sem filhos revelam-se mais próximos ao cônjuge ($M_{\text{rank}} = 318,36$) relativamente aos adultos casados ou em união de facto com filhos ($M_{\text{rank}} = 280,13$) ($X^2 = 7,058; p < 0.05$).

2ª Questão de investigação do nosso estudo

Ao testarmos o efeito do factor Tempo de Casamento/União de Facto nas três dimensões (Satisfação, Afectividade e Proximidade Conjugais), verificámos, mais uma vez, que este faz variar de forma estatisticamente significativa com um grau de confiança de 95%, o nível de satisfação conjugal ($X^2 = 17,269; p < 0.05$); o nível de afectividade segura ($X^2 = 14,241; p < 0.05$); o nível de proximidade ($X^2 = 9,608; p < 0.05$). De forma geral, depreendemos que o factor Tempo de Casamento/União de Facto

produz uma variação mais expressiva na variável satisfação, seguida da variável afectividade e por fim da variável proximidade. Ao constatar os resultados entre os K grupos, verifica-se uma tendência para a existência de uma “curva invertida”. Verifica-se que são os casais mais jovens (0/2-4 anos de casamento/união de facto) que se sentem mais satisfeitos, mais afectivamente seguros e mais próximos do seu cônjuge ($M_{\text{rank}} = 355,84; 309,62; 307,55$), respectivamente, sendo que só com 15-19 anos de casamento/união de facto, estes níveis voltam a aumentar em relação aos anos anteriores na satisfação, afectividade e na proximidade ($M_{\text{rank}} = 308,67; 288,08; 281,24$), respectivamente, diminuindo novamente a satisfação e a vinculação ao cônjuge nos adultos com 20 ou mais anos de casamento/união de facto ($M_{\text{rank}} = 281,94; 245,13$), respectivamente, enquanto que, na proximidade, a média registada quase atinge o valor dos casais mais jovens (0/2 anos de casamento/união de facto) ($M_{\text{rank}} = 303,83$). Após esta observação, apesar dos pressupostos da Normalidade e da Homogeneidade não se verificarem, resolvemos prosseguir com uma análise mais pormenorizada. Atendendo à elevada dimensão da amostra total em estudo e ao facto de, segundo Maroco (2007), os métodos multivariados, de um modo geral serem robustos à violação do pressuposto da normalidade, recorreremos à análise de Comparações Múltiplas produzida pela MANOVA (com o intuito de aferir em que grupos da variável independente “Tempo de Casamento/União de Facto”, as médias registadas das variáveis dependentes “Satisfação, Afectividade e Proximidade Conjugais”, eram significativamente diferentes), analisando os resultados proporcionados pelo teste Tuckey - mais robusto à violação do pressuposto da Normalidade e Homogeneidade das Variâncias. Concluimos, então, que: a) são os adultos casados ou em união de facto (0/2-4 anos) que se sentem mais satisfeitos com o seu cônjuge, comparativamente aos casais com um tempo de relação conjugal dos 10 aos 14 anos ($MD = 0,2798; p < 0.05$) e com 20 ou mais anos desta mesma relação ($MD = 0,3435; p < 0.05$). Em todos os outros k grupos não se registaram diferenças de médias estatisticamente significativas. No que concerne a variável afectividade, foi somente encontrado um par de grupos em que as médias registadas foram estatisticamente significativas, sendo que, nos adultos com 0/2-4 anos de casamento/união de facto, o nível de afectividade segura ao cônjuge é mais elevado do que nos adultos casados/unidos de facto há 20 ou mais anos ($MD = 0,1981; p < 0.05$). Relativamente à proximidade, são novamente os casais/unidos de facto mais jovens que se sentem mais próximos do seu cônjuge relativamente aos adultos casados ou em união de facto com 10-14 anos de casamento ($MD = 0,5186; p < 0.05$).

3.5 Correlação entre as variáveis

Hipótese do nosso estudo

Relação entre a satisfação conjugal, a afectividade ao cônjuge e a proximidade conjugal

Para além de procurar perceber como é que estas três variáveis dependentes variam ao longo dos anos de relação conjugal e com o factor filhos (ter ou não ter), desejámos ir mais além e aprofundar os resultados obtidos, de forma a perceber como é que, de uma forma geral, a satisfação, a afectividade e a proximidade conjugais se relacionam entre si, tendo como referência a existência ou inexistência de filhos. Para este efeito, recorreremos a uma análise correlacional entre as dimensões em estudo (Quadro 4), nomeadamente, ao cálculo do coeficiente Ró de *Spearman*, que não exige a normalidade das distribuições (Vilaça, 2007). Como as correlações medem a intensidade e o sentido da associação entre as variáveis, pudemos verificar que se apresentam todas estatisticamente positivas (sentido), sendo que, quando uma das três dimensões aumenta, as outras duas aumentam necessariamente, embora a intensidade desta associação varie entre elas. Para os adultos sem filhos, os dados obtidos (Ró de *Spearman*= 0.434) indicam que existe uma associação positiva média entre a proximidade e a satisfação conjugais. No que respeita ao cálculo da relação existente entre a proximidade e o grau de afectividade segura ao cônjuge, verificou-se que existe uma associação positiva muito fraca entre estas dimensões (Ró de *Spearman*=0,186). Por fim, ao analisar a relação entre a satisfação e o grau de afectividade segura ao cônjuge, os resultados obtidos (Ró de *Spearman*= 0.484) apontam para uma associação positiva média entre estas duas variáveis. Para os adultos com filhos, os dados obtidos (Ró de *Spearman*= 0.553) indicam que existe uma associação positiva média entre a proximidade e a satisfação conjugais. No que respeita ao cálculo da relação existente entre a proximidade e o grau de afectividade segura ao cônjuge, verificou-se que existe uma associação positiva fraca entre estas dimensões (Ró de *Spearman*= 0.289). Por fim, ao analisar a relação entre a satisfação e o grau de afectividade segura ao cônjuge, os resultados obtidos (Ró de *Spearman*= 0.644) apontam para uma associação positiva elevada entre estas duas variáveis. É ainda de extrema importância, referir que os dados obtidos nos permitem observar que é ao nível dos adultos com filhos que estas associações se revelam mais fortes.

Quadro 4 – Correlações entre as variáveis em análise, comparando os grupos de adultos com e sem filhos.

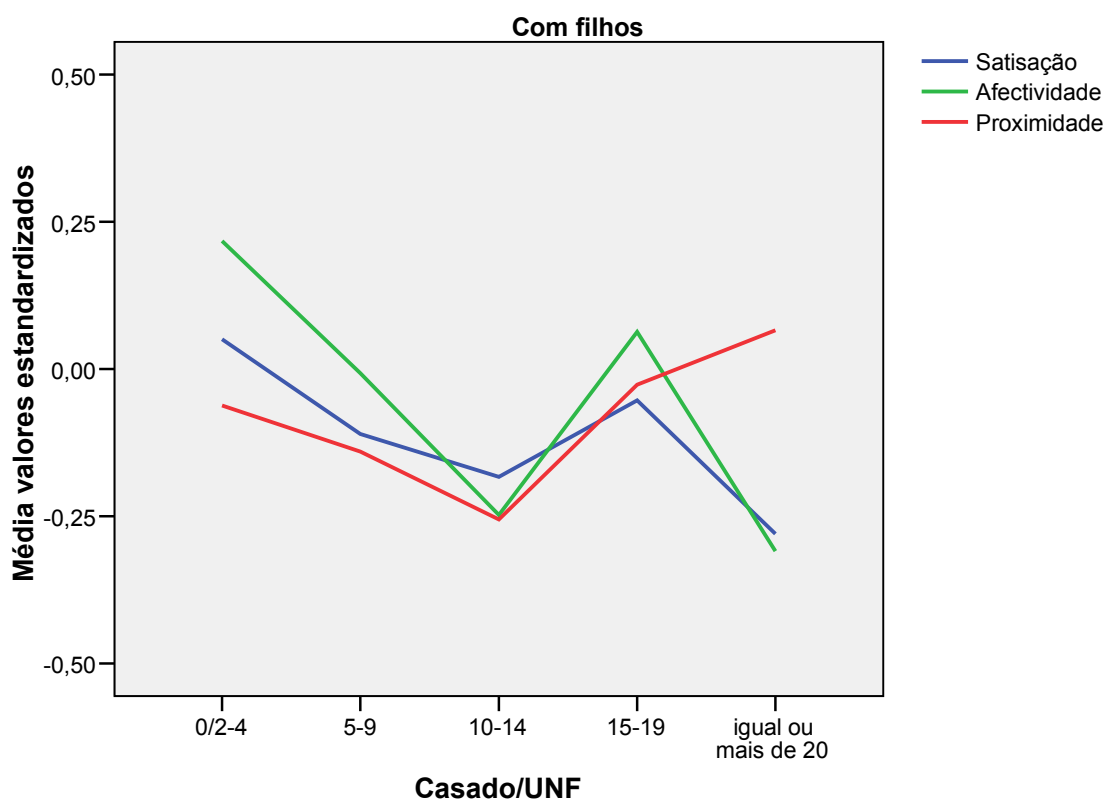
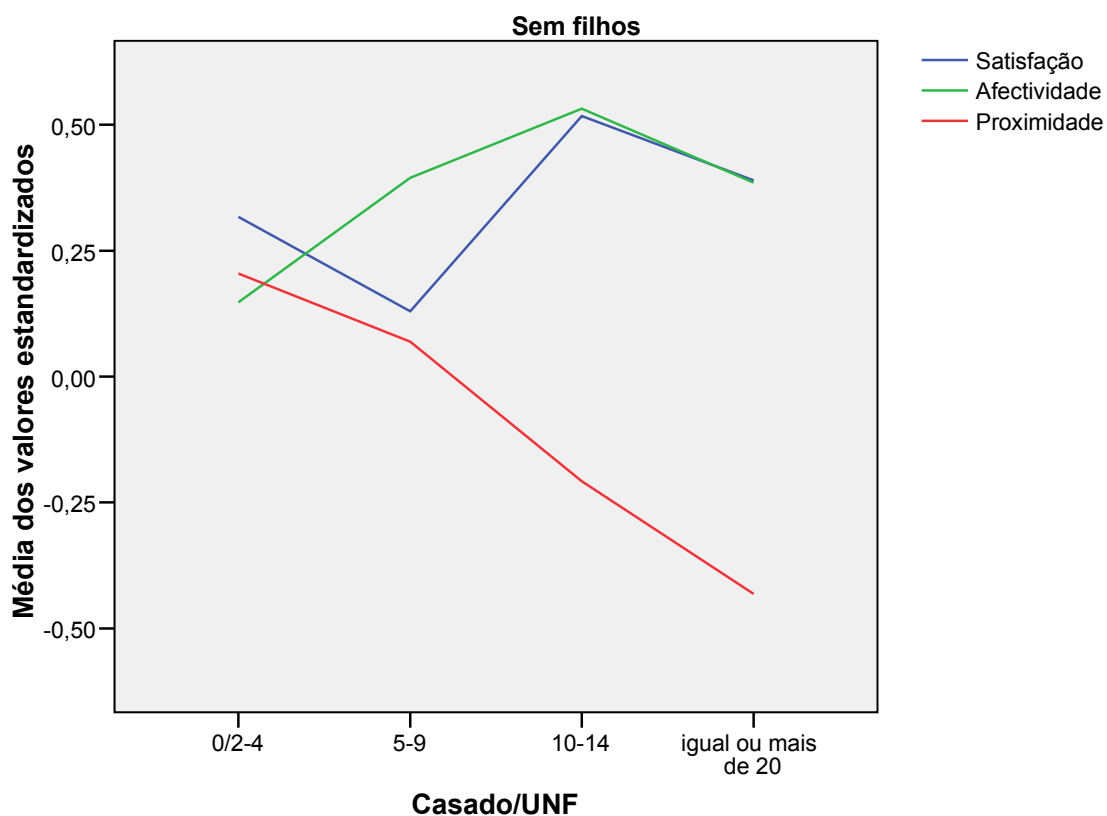
Filhos				Proximidade	Satisfação	Afectividade
Sem filhos	Ró de Spearman	Proximidade	Coefficiente de correlação	1,000	0,434(**)	0,186(*)
			N	189	183	187
	Satisfação	Coefficiente de correlação	0,434(**)	1,000	0,484(**)	
		N	183	185	183	
	Afectividade	Coefficiente de correlação	0,186(*)	0,484(**)	1,000	
		N	187	183	189	
Com filhos	Ró de Spearman	Proximidade	Coefficiente de correlação	1,000	0,553(**)	0,289(**)
			N	395	386	388
	Satisfação	Coefficiente de correlação	0,553(**)	1,000	0,644(**)	
		N	386	443	381	
	Afectividade	Coefficiente de correlação	0,289(**)	0,644(**)	1,000	
		N	388	381	390	

** Correlação significativa ao nível de significância 0,01 (2-tailed).

* Correlação significativa ao nível de significância 0,05 (2-tailed).

A fim de poder traçar o perfil do índice de satisfação, afectividade e proximidade conjugais dos adultos casados ou em união de facto com filhos e sem filhos, ao longo do tempo de relação conjugal e de visualizar melhor os resultados já anteriormente discutidos, efectuámos uma estandardização das variáveis, em valores comparáveis numa escala uniforme (gráfico 7 e gráfico 8).

Gráficos 7 e 8.



3.6 Efeitos de interacção

Tomadas, finalmente, todas as variáveis em análise (satisfação, afectividade, proximidade, tempo de casamento/união de facto e existência/inexistência de filhos), apesar de se ter verificado a violação dos pressupostos do teste de análise, recorreremos à leitura do valor do teste de Roy e de Pillay (produzidos na análise Multivariada), sendo o primeiro particularmente potente quando as variáveis estão fortemente intercorrelacionadas e o segundo, o mais potente para K grupos de dimensões pequenas e diferentes e covariâncias heterogénias (Johnson, 1998; Newton & Rudestam, 1999, cit. por Maroco, 2007). Verificou-se, assim, que o resultado da interacção de ambos os testes é estatisticamente significativo ($F = 4,654$; $p = 0.003$ e $F = 2,052$; $p = 0.031$, respectivamente), ou seja, que o efeito combinado dos factores “tempo de casamento/união de facto” e “existência/inexistência de filhos” produz diferenças nas três variáveis dependentes. No entanto, ao analisar cada uma delas *per se*, o efeito de interacção desaparece (proximidade $F = 1,304$; $p > 0.05$), (satisfação $F = 0,676$; $p > 0.05$), (afectividade $F = 2,146$; $p > 0.05$).

IV - Discussão dos Resultados

Os resultados que encontramos, foram, de forma geral, aqueles que esperávamos alcançar de acordo com as características da nossa amostra e com base num determinado contexto teórico.

Como já mencionámos, os resultados referem-se a adultos casados ou em união de facto com ou sem filhos, os quais, dentro de um grupo de características, foram seleccionados em várias regiões do país. Apesar de não termos considerado as idades dos filhos, nem constituído k grupos com o mesmo número de indivíduos (quer ao nível dos “tempos de relação”, quer ao nível da “existência/inexistência” de filhos), parece haver algumas semelhanças entre a nossa amostra e o rumo que a população está a tomar, tendo por base a revisão de literatura efectuada. Ainda assim, deveremos ser prudentes quanto à possibilidade de generalizar estes resultados e procurar ter sempre “em mente” determinadas especificidades da nossa amostra e limitações da investigação.

Avançando com a exploração dos resultados alcançados, saliente-se que, relativamente à questão inicial do nosso estudo, a amostra evidenciou, de facto, diferenças na satisfação conjugal, na afectividade ao cônjuge e na proximidade ao mesmo, aquando da manipulação das variáveis “tempo de relação” e “existência/inexistência” de filhos. Como afirmaria Feeney (2003), a vinculação, o grau de proximidade e a satisfação conjugais são pois, fulcrais no estudo da conjugalidade e parentalidade, pelo facto de influenciarem amplamente as relações no sistema conjugal nas fases de transição que obrigam a renegociações e reajustamentos nos três sistemas - vinculação, cuidados parentais e relações íntimas.

Relativamente à 1ª questão de investigação, verificou-se que é ao nível dos adultos sem filhos que os níveis de satisfação, afectividade e proximidade conjugais são mais elevados. Se recordarmos os estudos de Leonard e Roberts (1998, cit. por Crespo, 2007) e de Shapiro, Gottman e Carrère (2000), entre os preditores de declínios ao nível da satisfação e vinculação, encontra-se a variável “terem filhos”. Também para Orbuch, House, Mero e Webster (1996, cit. por Narciso, 2001), os declínios ao nível destas duas dimensões têm sido fortemente associados à presença dos filhos. No que concerne o estudo de Feeney, Noller e Ward (1997, cit. por Narciso, 2001), averiguou-se que os

níveis mais elevados de compatibilidade, proximidade, vinculação e respeito ocorriam em casais que nunca tinham tido filhos ou que, tendo, não viviam com estes. Segundo Huston e Vangelisti (1995; Sanchez e Thomson, 1997, cit. por Narciso, 2001), com a parentalidade, os cônjuges experienciam, de facto, um decréscimo nos tempos livres ou de lazer, no número de decisões tomadas em conjunto e nas expressões de afecto e proximidade, o que diminuirá conseqüentemente os níveis de satisfação conjugal.

Atendendo à 2ª questão de investigação, verificámos que, de facto, nos primeiros anos de relação conjugal, os adultos apresentam níveis mais elevados nas três dimensões em estudo. No entanto, deparámo-nos com a existência de uma curva invertida. Apesar dos valores mais elevados de satisfação, afectividade e proximidade conjugais se verificarem ao nível dos adultos casados ou em união de facto há 0/2-4 anos e, posteriormente, seguir-se uma fase em que estes valores diminuem (5-9 e 10-14 anos), eles voltam a aumentar nos adultos com 15-19 anos de relação conjugal, para diminuir novamente nos adultos com 20 ou mais anos de relação conjugal (excepto ao nível da proximidade conjugal, nesta última fase). Estes resultados vão, parcialmente, ao encontro de investigações anteriormente realizadas. Segundo Narciso (2001), alguns destes estudos indicam um declínio da satisfação e da vinculação conjugais depois dos primeiros anos de relação conjugal, considerando as fases de crescimento e de adolescência dos filhos, e um novo aumento nos últimos anos de relação conjugal, o que coincide com a saída dos filhos de casa. Segundo a revisão de literatura efectuada, a presença dos filhos nos anos intermédios de casamento parece afectar a relação devido à sobrecarga de tarefas domésticas e parentais e, também devido à diminuição de tempos livres e exclusivos do casal. A entrada dos filhos na escola é, segundo Relvas (1996), a primeira crise de desmembramento com que a família se depara, implicando em termos internos a separação-indivuação e, em termos externos, o início da relação com um sistema novo, bem organizado e altamente significativo. A entrada na escola vai também implicar a necessidade de reajustes em termos económicos e/ou laborais por parte dos cônjuges, o que poderá, também, constituir fonte de stress entre ambos. Para Clements e Markman (1998; Kurdek, 1998, cit. por Crespo, 2007), nas famílias com filhos adolescentes há, também, uma sobrecarga de expectativas negativas que não parece facilitar a vivência satisfatória no e do sistema familiar. Os pais vão, também, ter que se relacionar com o novo e complexo mundo da indústria do consumo centrada no jovem, desde o vestuário e a alimentação,

aos utensílios materiais. Os cônjuges poderão, também, entrar em conflito por divergências nas práticas educativas, nas regras a cumprir pelo jovem que se encontra em fase de afirmação, nas opiniões, ou ter mesmo diferentes graus de compreensão em relação ao filho adolescente. De facto, ao ter em conta a análise descritiva das médias da nossa amostra, verifica-se que, é exactamente ao nível dos adultos com filhos e com tempos de relação conjugal compreendidos entre os 5-9 anos e os 10-14 anos (filhos aproximadamente em início de vida escolar e em início da adolescência, respectivamente), que os resultados na satisfação, afectividade e proximidade conjugais se apresentam mais baixos, comparativamente à restante amostra. Olson (1988, cit. por Narciso, 2001), observou ainda, que em termos de satisfação e vinculação conjugais, estas tendem a aumentar progressivamente após o estágio “lançamento dos filhos” - o que, por aproximação aos nossos tempos de relação conjugal, incidirá nos 15-19 e 20 ou mais anos. Este autor afirmou também que, em termos de satisfação e vinculação conjugais, os cônjuges nesta fase e também os do “ninho vazio” reportavam um maior grau de satisfação do que os das famílias com filhos em idade escolar e adolescentes. Segundo Relvas (1996), de facto, a família nuclear, depois do período de adolescência dos filhos, recentra-se de novo na conjugalidade, redefinida em função da meia-idade dos elementos do casal e do abandono do predomínio da parentalidade. Em parte, como já constatámos, há uma subida dos valores nas três dimensões ao nível dos adultos com uma relação conjugal entre os 15-19 anos. No entanto, à excepção da proximidade conjugal (que se apresenta quase tão elevada nos adultos com 20 ou mais anos de relação conjugal, como nos adultos em início - com 0/2-4 anos), a satisfação e a afectividade conjugais diminuem nos “casais” com 20 ou mais anos de relação conjugal, em comparação com os das fases anteriores. Um factor explicativo para este resultado “inovador” em contraste com a revisão de literatura realizada, poderá ser depreendido se tivermos em conta o contexto sócio-económico actual. Cada vez mais, os jovens enfrentam dificuldades no início da carreira profissional, o que os “obriga” a depender e senão mesmo, continuar a viver com os seus pais. Desta forma, a etapa conjugal “ninho vazio” terá progressivamente, uma tendência a ser adiada (Alarcão, 2000) e os pais ver-se-ão na obrigação de continuar a enfrentar uma série de responsabilidades, o que não lhes permitirá a tal vivência a dois, numa fase final de suposta acalmia, tranquilidade, maior satisfação pelo tempo partilhado e conseqüente aumento de afectividade. No entanto, uma possível explicação para o aumento de proximidade, poderá advir da necessidade de apoio mútuo para enfrentarem estas mesmas responsabilidades

“adicionais” e responderem juntos/unidos às dificuldades com que os filhos se deparam. Ao analisarmos as diferenças significativas ao longo dos tempos de relação conjugal, considerámos a amostra conjunta de adultos com filhos e sem filhos, sendo que, também se pode concluir que os últimos apresentam determinadas oscilações nas três dimensões ao longo dos tempos. Assim, e mesmo que, de forma geral, estes apresentem resultados mais elevados do que os com filhos, como Cowan e Cowan (1992, cit. por Shapiro, Gottman e Carrère, 2000) afirmam, permanecer sem filhos não surge, portanto, como uma fórmula eficiente no combate ao divórcio, nem como garantia de estabilidade emocional ao longo dos tempos de relação conjugal. Segundo Relvas (1996), apesar dos filhos trazerem consigo um decréscimo na intimidade/proximidade e satisfação conjugal em termos globais e específicos, como por exemplo a nível das relações sexuais e do tempo e atenção mutuamente disponível entre os membros do casal, com a parentalidade surge dentro da família, uma triangulação e, Bowen (1984, cit. por Relvas, 1996), entende que só a relação triangular é estável. A relação dual, mesmo no casal, só é estável quando a tensão é baixa; se a angústia aumenta, o duo atrai um terceiro e a relação é triangulada através de *outsiders* (amigos, família de origem, ou mesmo outros contextos como a actividade profissional, a bebida, ou qualquer situação que se possa “interpor” entre os cônjuges). Quando surge um filho, não há mais necessidade de ir procurar essa estabilidade fora da família.

Atendendo, por fim, à hipótese de estudo, mais uma vez, pudemos observar o que esperávamos alcançar, na medida em que, as três dimensões (satisfação, afectividade e proximidade conjugais) se encontram correlacionadas, ao ter em consideração a “existência/inexistência” de filhos, embora a intensidade da associação varie entre elas. Assim sendo, e de acordo com a literatura, quando a satisfação, a afectividade ou a proximidade conjugais aumentam, as restantes duas dimensões terão também tendência a sofrer um aumento e vice-versa. De acordo com Ruvolo e Fabin (1999, cit. por Aron et al, 2004), a vinculação segura parece ser um dos factores mais comumente associados à satisfação conjugal e também à proximidade, quando considerada como “inclusão do outro no *self*”. Para Crespo (2007), a noção de proximidade enquanto “*Inclusão do Outro no Self*” estabelece fortes pontes conceptuais com a noção de intimidade conjugal e, de um modo mais particular, com duas variáveis que reportam à vivência do casal, a vinculação amorosa e a qualidade/satisfação relacionais. Também segundo Cohn e colaboradores (1992, cit. por Burchinal e

Margand, Cox, Kanoy e Paley, 2005), dados de estudos têm-nos remetido para a relação significativa que existe entre a vinculação segura e uma relação conjugal mais harmoniosa e íntima.

Analisando as relações mais detalhadamente, verificou-se que, quer para os adultos com filhos, quer para os sem filhos da nossa amostra, existe uma relação positiva média entre a proximidade e a satisfação conjugais. De facto, e segundo as investigações, em casamentos satisfeitos, a proporção de comportamentos positivos é maior do que a dos negativos, estando a satisfação fortemente relacionada com outros aspectos da relação, nomeadamente, a distorção idealista, a comunicação, a resolução de conflitos, a intimidade/proximidade emocional e a sexualidade. Estes estudos comprovam que uma forte idealização associada à satisfação pode aumentar os níveis de intimidade/proximidade entre os parceiros e favorecer a continuidade de expectativas elevadas, prevenindo diminuições abruptas da satisfação (Caprara, Regalia, & Scabini, 2001, cit. por Caprara & Steca, 2006; Talmadge & Dabbs, 1990, cit. por Narciso, 2001). Segundo Mirgain e Cordova (2007), a habilidade emocional dos cônjuges parece estar associada à satisfação conjugal e esta associação é mediada pela intimidade/proximidade. Também Narciso (2001), afirma que a falta de intimidade/proximidade entre os parceiros tem sido o elemento que mais contribui para a insatisfação conjugal.

No que concerne a relação existente entre a proximidade e o grau de afectividade segura ao cônjuge, embora nos adultos sem filhos esta se revele muito fraca e nos com filhos apenas fraca, apresenta-se também positiva, ao nível da nossa amostra. Para Roberts (2003, cit. por Crespo, 2007), os resultados da proximidade apontam para uma relação entre a segurança na vinculação e níveis mais elevados da mesma. Segundo a revisão de literatura, estudos indicam que a intimidade/proximidade conjugal é, sobretudo afectada por comportamentos insuficientes de vinculação e de preocupação/atenção para com o outro (Mirgain & Cordova, 2007; Rampage, 1997, cit. por Moura, 2003). Também para Sternberg (1986, cit. por Moura, 2003), a intimidade surge como a componente do amor que confere o sentido de proximidade e vinculação nas relações amorosas e decorre, essencialmente, de um forte investimento emocional.

No que respeita, então, à relação entre a satisfação conjugal e o grau de afectividade segura ao cônjuge na nossa amostra, observa-se que esta se apresenta, mais uma vez

positiva, embora nos adultos com filhos, ela seja elevada e nos sem filhos, média. De facto, e segundo Huston e Vangelisti (1991), nos casais, o afecto positivo e o negativo apresentam uma consistente associação, respectivamente positiva e negativa com a satisfação conjugal, sendo que, declínios de elevada para moderada satisfação, se encontram associados a baixos níveis de comportamentos positivos (Jacobson et al., 1980, cit. por Huston e Vangelisti, 1991). Também para Hazan e Shaver (1987, cit. por Lowyck, Luyten, Demyttenaere & Corveleyn, 2008), várias investigações realçaram a influência da vinculação do adulto no funcionamento da relação, incluindo na satisfação conjugal. Estes estudos e outros mais recentes, têm mostrado, de modo consistente, que a vinculação segura está positivamente relacionada com a qualidade e satisfação na relação entre os cônjuges (Cozzarelli et al., 2000; Feeney, 1999; Kirkpatrick, 1998; Mikulincer et al., 2000; Mikulincer et al., 2002; Schachner, Shaver & Mikulincer, 2003; Stein et al., 2002, cit. por Lowyck, Luyten, Demyttenaere & Corveleyn, 2008). Uma justificação para esta relação se observar mais elevada, especificamente, nos adultos com filhos, poderá ser a de que a necessidade de criar as condições económicas e sócio-afectivas necessárias à educação e protecção dos filhos, favorecerá o aumento de afectividade, sincronização e partilha entre os cônjuges, sentindo-se mais satisfeitos quando atingem, em conjunto, os objectivos estabelecidos.

Torna-se fulcral referir que os dados obtidos no nosso estudo nos permitem observar que é ao nível dos adultos com filhos que as associações entre as três dimensões (satisfação, afectividade e proximidade conjugais) se revelam mais fortes. De facto, já Bowlby (1951; Hrdy, 1999, cit. por Blom e Dijk, 2007), alertara para a importância da percepção de que a “qualidade” relacional do casal é o principal suporte de cada um dos cônjuges para superar todas as dificuldades ao longo das diferentes fases do ciclo de vida, particularmente, após o nascimento dos filhos. “Todos sabemos, mas não é inútil sublinhar, que a conjugalidade não pode ser anulada, nem mesmo ocultada pela parentalidade - tem que ser com ela articulada. Mas, também sabemos que a parentalidade é, a todos os títulos, um parceiro muito exigente. Neste sentido, o espaço de intimidade que a conjugalidade cria e exige é atravessado por outras relações que lhe podem dificultar a existência. Caberá a cada díade conjugal e parental ter a criatividade suficiente para não reificar as vicissitudes com que possam confrontar-se” Alarcão (2000).

V – Conclusões

Ao nível da revisão de literatura, e aquando do estudo da amostra, apercebemo-nos que, apesar dos casais estudados se defrontarem com dificuldades e competências semelhantes aos da população, os da nossa amostra apresentam determinadas especificidades, ainda que, maioritariamente advindas de limitações da presente investigação. Assim sendo, numa leitura mais macroscópica podemos tirar três conclusões genéricas.

Em primeiro lugar, destaca-se o facto dos adultos casados ou em união de facto sem filhos apresentarem níveis mais elevados de satisfação conjugal, de afectividade segura ao cônjuge e de proximidade ao mesmo.

Outro dado a sublinhar, é o facto dos adultos casados ou em união de facto, no geral, apresentarem níveis mais elevados de satisfação conjugal, de afectividade segura ao cônjuge e de proximidade ao mesmo nos primeiros tempos de casamento/união de facto (0/2-4 anos), seguindo-se uma fase (5-9 e 10-14 anos) em que estes valores diminuem, voltando a aumentar (ainda que não atinjam os valores iniciais) nos adultos com 15-19 anos de casamento/união de facto, para voltarem a diminuir novamente nos adultos que já estão casados/unidos de facto há 20 ou mais anos (à excepção da proximidade conjugal, que apresenta nesta fase, valores quase tão elevados como os que se observam no início da relação conjugal).

Um terceiro aspecto a considerar é a associação positiva existente entre as três dimensões em estudo. A relação entre a satisfação conjugal, o grau de afectividade segura ao cônjuge e a proximidade ao mesmo, apresenta-se estatisticamente positiva (sentido), sendo que, quando uma das três dimensões aumenta, as outras duas tendem a aumentar, embora a intensidade desta associação varie entre elas. É ainda de extrema importância, referir que os dados obtidos nos permitem observar que é ao nível dos adultos com filhos que estas associações se revelam mais fortes.

Não obstante, e como já referimos, ao longo do estudo, confrontámo-nos com algumas limitações. No âmbito metodológico, é sabido que na análise quantitativa, os dados nos oferecem padrões e resultados de grupo que nunca correspondem aos sujeitos na sua idiosincrasia e na sua individualidade, ainda que nos permitam ter uma visão de conjunto, muitas vezes intangível com outros métodos. É uma visão geral e estática. As

abordagens quantitativas são caracterizadas por um raciocínio hipotético-dedutivo que, pretendendo respeitar a objectividade, procura estabelecer factos, demonstrar relações entre variáveis, conferir teorias e dados, generalizar e prever (quando possível) fenómenos, a partir da recolha delineada e estruturada dos dados e do respectivo tratamento quantitativo, sendo que a respectiva análise decorre, usualmente, no final da recolha dos mesmos. No entanto, estas abordagens enfrentam alguns problemas: a ênfase no controlo da aleatoriedade das variáveis não considera outras variáveis importantes, nomeadamente do contexto, e que podem exercer a sua influência; o facto de não se considerarem os significados e intenções dados pelos indivíduos às suas acções quando se estuda o comportamento humano e o facto de que, ao partir para o campo com hipóteses pretendendo a sua verificação, o processo de descoberta e criatividade e de pensamento divergente poderá sofrer inibições (Cuba & Lincoln, 1994, cit. por Ribeiro, 2002). Por outro lado, sublinhamos mais uma vez que, apesar dos resultados serem promissores, são baseados numa amostra com características particulares, ao nível da qual não se consideraram determinados aspectos tidos em conta em estudos análogos, o que nos impossibilita de termos qualquer pretensão de generalização para a população. Especificando alguns destes aspectos, podemos referir: a) a diferença de número de indivíduos por k grupos ao nível da variável filhos (com e sem) e da variável tempos de “casamento”; b) o reduzido número de indivíduos na amostra em fase de transição para a parentalidade (fase esta particularmente estudada nas investigações); c) a não consideração de diferenças ao nível das três dimensões entre homens e mulheres (aspecto este amplamente discutido na revisão de literatura); d) a escassez de revisão de literatura sobre as três dimensões em estudo em casais sem filhos; e) a não consideração das idades dos filhos no estudo, o que impossibilita uma definição exacta das fases do ciclo de vida familiar citadas por Relvas (1996), permitindo-nos apenas fazer deduções nos tempos de casamento/união de facto, por aproximação; f) a impossibilidade de perceber que padrão de vinculação ao cônjuge (seguro, preocupado, evitante amedrontado ou evitante desligado) os inquiridos apresentam.

Apesar de todas as suas limitações, o presente estudo não deixa de sugerir algumas implicações em termos clínicos. Os resultados obtidos, permitem, de algum modo, traçar um quadro compreensivo acerca do “percurso” de adultos casados ou em união de facto com ou sem filhos ao longo dos tempos de relação conjugal. A ser assim,

e uma vez que a investigação faz parte da prevenção e da terapia familiar, espera-se que o presente estudo possa contribuir para a prevenção e para a terapia, na medida em que, compreendendo melhor o funcionamento dos cônjuges, se torne capaz de focalizar a sua intervenção.

Em tom conclusivo, importa referir que a satisfação conjugal, a vinculação positiva ao cônjuge e a proximidade entre estes dependem sobretudo da semelhança entre as filosofias de vida de cada um dos parceiros relativamente ao mundo e ao modo de estar nele. Segundo Blom & Dijk (2007), a segurança na vinculação do adulto (aspecto determinante e cada vez mais investigado ao nível das relações) parece ser um produto das comunicações. Se o padrão de comunicação entre eles for deficiente, não conseguirão resolver os conflitos, o que originará uma baixa satisfação conjugal e insegurança (Hojjat, 1997, cit. por Narciso, 2001). Em relações satisfeitas, com o desenrolar do tempo, os cônjuges tendem a aumentar a similitude das suas filosofias de vida (Acitelli, 1996; Heller & Wood, 1998; Hojjat, 1997; Murray & Holmes, 1994, cit. por Narciso, 2001). Para Relvas (1996), com o casamento descobre-se que, apesar do amor, há que repartir o ser amado com outros, que também o amam e dele necessitam. E, muitas vezes, é no início do casamento que o desencanto e a desilusão surgem. O aparecimento de uma criança e a adolescência das gerações mais novas (com o famoso conflito de gerações) trazem consigo um decréscimo na intimidade e na satisfação conjugais. Apesar de uma definição normativa e tradicional da parentalidade a apresentar como um tempo de alegria e satisfação e como uma função afectiva e socialmente “compensadora”, isto é, como enriquecimento individual e familiar, imprescindível para a realização total e completa do ser humano, ela é também um período caracterizado por alguma decepção, muitas incertezas e grande cansaço. Os filhos afectam a vida dos pais e o que se pode dizer é que a parentalidade balança entre a satisfação, o enriquecimento afectivo e social e alguns custos emocionais e materiais. Adicionalmente, revela-se de extrema importância a percepção de que o casal e a sua qualidade relacional vão ser o suporte de cada um dos cônjuges para superar todas as dificuldades ao longo das diferentes fases do ciclo de vida, quer tenham filhos, quer não os tenham (Bowlby, 1951 & Hrды, 1999, cit. por Blom e Dijk, 2007).

Para terminar, pretende-se que este estudo sirva como mote para futuras investigações na área da conjugalidade, particularmente escassas em Portugal. Assim, em estudos posteriores, será necessário considerar amostras da população geral e ter em

conta todas as características limitativas anteriormente mencionadas, para verificar até que ponto os resultados obtidos são generalizáveis.

Bibliografia

Alarcão, M. (2000). *(Des) Equilíbrios familiares: Uma visão sistémica*. Coimbra: Quarteto Editora.

Aron, A. P., Mashed, D. J., & Aron, E. N. (2004). Closeness as including other in self, *Handbook of Closeness and Intimacy*. New Jersey & London: Lawrence Erlbaum.

Blom, T., & Dijk, L. (2007). The role of attachment in couple relationships described as social systems. *Journal of Family Therapy*, 29, 69-87.

Burchinal, K., Cox, M., Kanoy, k., Margand, N., & Paley, B. (2005). Adult Attachment and Marital Interaction as Predictors of Whole Family Interaction During the Transition to Parenthood. *Journal of Family Psychology*, 19, 420-429.

Caprara, G., & Steca, P. (2006). The Contribution Of Self-Regulatory Efficacy Beliefs In Managing Affect And Family Relationships To Positive Thinking And Hedonic Balance. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 25, 603-627.

Colwell, E., Frabutt, J., & Lewis, C. (2006). Family conflict in divorce and non-divorced families: Potential consequences for boys' friendship status and friendship quality. *Journal of Social and Personal Relationships*, 23, 45-63.

Crespo, C. (2007). *Rituais Familiares e o Casal. Paisagens Inter-Sistémicas. Tese de Doutoramento em Psicologia*. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

Erbert, C. A., & Duck, S. W. (1997). Rethinking satisfaction in personal relationships. In R. J. Sternberg, & M. Hojjat (Eds.) *Satisfaction in Close Relationships*, 190-218. New York: The Guilford Press.

Feeney, J. (2003). Adult Attachment, Involvement In Infant Care, And Adjustment To New Parenthood. *Journal of Systemic Therapies*, 22, 16-30.

Gordis, E., & John, G. (2001). Parents' Hostility in Dyadic Marital and Triadic Family Settings and Children's Behavior Problems. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 69, 727-734.

- Grau, I., & Doll, J. (2003). Effects of Attachment Styles on the Experience of Equity in Heterosexual Couples Relationships. *Experimental Psychology*, 50, 298-310.
- Huston, T., & Vangelisti, A. (1991). *Journal of Personality and Social Psychology*, 61, 721-733.
- Kerig, P., Cowan, P., & Cowan, C. (1993). Marital Quality and Gender Differences in Parent-Child Interaction. *Developmental Psychology*, 29, 931-939.
- Lawyck, B., Luyten, P., Demyttenaere, K., & Corveleyn, J. (2008). The role of romantic attachment and self-criticism and dependency for the relationship satisfaction of community adults. *Journal of Family Therapy*, 30, 78-95.
- Maroco, J. (2007). *Análise Estatística Com utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Mason, J. (1998). *Qualitative Researching*. London: Sage Publications.
- Mirgain, S., & Cordova, J. (2007). Emotion Skills And Marital Health: The Association Between Observed And Self-Reported Emotion Skills, Intimacy, And Marital Satisfaction. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 26, 983-1009.
- Moura, S. (2003). *Intimidades Partilhadas: Um Estudo sobre a Qualidade das Relações Íntimas na Idade Adulta e as Relações Pais-Filhos na Infância/Adolescência*. Tese de Mestrado em Psicologia. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Texto policopiado.
- Narciso, I. (2001). *Conjugalidades Satisfeitas mas Não Perfeitas – À Procura do Padrão Que Liga*. Dissertação de Doutoramento em Psicologia. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Texto policopiado.
- Narciso, I. (1994). *Metamorfozes do Amor e da Satisfação Conjugal*. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- Relvas, A. (1996). *O Ciclo Vital da Família*. Perspectiva Sistémica. Porto: Edições Afrontamento.

Ribeiro, T. (2002). *Da diversidade do masculino e do feminino à singularidade do casal*. Tese de Doutoramento em Psicologia. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Texto policopiado.

Scharfe, E. (2007). Cause or Consequence?: Exploring Causal Links Between Attachment and Depression. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 26, 1048-1064.

Shapiro, A., Gottman, J., & Carrère, S. (2000). The Body and the Marriage: Identifying Factors That Buffer Against Decline in Marital Satisfaction After the First Baby Arrives. *Journal of Family Psychology*, 14, 59-70.

Vilaça, A., M. (2007). *Vulnerabilidade ao stress, coping e qualidade de vida ao longo do ciclo vital da família*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica da Saúde sob orientação da Professora Doutora Ana Paula Relvas. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

Tenzer, S., & Murray, D., Vaughan, C. & Sacco, W. (2006). Maternal depressive symptoms, relationship satisfaction, and verbal behavior: A social-cognitive analysis. *Journal of Social and Personal Relationships*, 23, 131-149.